

PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E GERENCIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE

CONCEPTUAL AND MANAGEMENT PERSPECTIVES OF PUBLIC POLICIES IN CONTEMPORANEITY

*Maria Aparecida Nascimento Ferreira¹
Cesar Augusto Cusin²*

RESUMO: Compreende os aspectos conceituais e gerenciais de políticas públicas na sociedade contemporânea e visa apresentar um quadro teórico a respeito da temática e suas terminologias, além disso, mostra os principais pensadores que contribuíram para fundação das discussões. A eficácia dos meios/instrumentos de elaboração das políticas públicas depende da participação popular e gestão democrática que tenha uma visão ampla sobre as reais necessidades. Trata-se de uma reflexão mediante a literatura vigente sobre a gestão informacional das políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal no intuito de promoção de desempenho organizacional a fim de obtenção de sucesso, bem como mostrar as circunstâncias das tipologias de políticas públicas contextualizadas de acordo com a finalidade/função. Portanto, as políticas públicas devem ser pensadas de forma racional, voltadas para atender as necessidades da população, a fim de corroborar com a qualidade de vida, contudo, o Estado/Governo e pesquisadores são os responsáveis pela criação e aprimoramento das leis e diretrizes que regem esse universo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gestão informacional. Tipologias de políticas públicas.

ABSTRACT: Understands the conceptual aspects and management of Public Policies in contemporary society and aims to present a theoretical framework regarding the theme and its terminologies, besides that, shows the main thinkers who contributed to the foundations of the discussions. The effectiveness of the means / instruments for the elaboration of public policies depends on the popular participation and democratic management that has a broad vision on the real necessities. It is a reflection through the current literature on the informational management of public policies

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri (2014), Especialista em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade de Juazeiro do Norte (2018) e Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (2019). Atualmente atua como Bibliotecária Documentalista do Sistema de Bibliotecas do Centro Universitário INTA - UNINTA (Sobral-CE). CV: <http://lattes.cnpq.br/1648578221146483>. aparecida_fer23@hotmail.com

² Técnico em Processamento de Dados (1995), Graduado em Letras pelas Faculdades Integradas de Itararé (2001), Mestre em Ciência da Computação pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) (2005), Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) (2010). Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e da Faculdade Paraíso do Ceará (FAPCE). CV: <http://lattes.cnpq.br/3946561052824159>

at the municipal, state and federal levels in order to promote organizational performance in order to achieve success, as well as to show the circumstances of the typologies of public policies contextualized according to the purpose / function. Therefore, public policies should be thought in a rational way geared to meeting the needs of the population in order to corroborate with the quality of life, yet, the State/Government and researchers are responsible for creating and improving the laws and guidelines that govern this universe.

KEYWORDS: Public policy. Information management. Typologies of public policies.

INTRODUÇÃO

Considerando as políticas públicas primordiais para o desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que necessita de uma atuação eficiente da administração pública, porém depende de iniciativas a cerca de sua função de planejar, organizar, dirigir e controlar quaisquer informações que meramente contribua para o enriquecimento dos direitos e deveres de todos, assegurando-os da melhor forma possível.

A política pública se constitui em área de estudo e de práticas de gestão. Uma significativa parte dos estudos de políticas públicas diz respeito ao desenvolvimento de cenários para busca de explicações sobre tendências contemporâneas quanto a diferentes aspectos da gestão pública, envolvendo inovações tecnológicas, desenvolvimento socioeconômico, mudanças institucionais, crescimento da produção nacional, a eficiência na utilização de recursos humanos e recursos naturais, a melhoria na qualidade de vida, etc. (PROCOPIUCK, 2013, p. 144). Face ao exposto, surge o seguinte questionamento: Como as políticas públicas podem melhorar o desempenho no processo de gestão?

No intuito de compreender os aspectos conceituais e gerenciais de políticas públicas na sociedade contemporânea, visa apresentar um quadro teórico a respeito da temática e suas terminologias, além disso, mostrar principais pensadores que contribuíram para fundação das discussões. De forma específica: Discutir a importância das tipologias de políticas públicas; e, apontar os contextos que as políticas públicas podem ser implementadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E ORIGEM

A terminologia *política*, segundo o dicionário Houaiss (2009, p. 661) significa a “arte ou ciência da organização, direção e administração de Nações ou Estados; ciência política”, ou seja, uma atividade ligada ao governo onde abrange interesses públicos, estes relacionados a problemas econômicos, sociais, ambientais e políticos. Todavia, “a política consiste em uma ordem específica de relações e interações sociais: uma “subteia” da sociedade, na qual se processam os conflitos relativos à apropriação e ao controle dos recursos sociais relevante, especialmente o poder.” (SANTOS, 2012, p. 17). Sendo considerada nesse sentido como ati-

vidade no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal, onde os profissionais que atuam nessa área devem atentar-se a pensar nas tomadas de decisões voltadas a atender determinados problemas/conflitos da coletividade da melhor maneira, objetivando atingir os objetivos e metas traçadas.

Nesse sentido, políticas públicas, segundo Souza (2006) considerada um campo do conhecimento movido a interesses que regem regras, diretrizes e/ou modelos de decisão, elaboração, implementação e avaliação de problemas relativos à saúde, educação, segurança e atendimento especial a população carente, amparando a população com base na arrecadação de recursos públicos e distribuição de renda, estas contribuem para a visibilidade desta área na sociedade.

Os problemas na sociedade contemporânea estão atrelados as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Normalmente as políticas públicas decorrem de fatores/situações que os envolvidos, pesquisadores, profissionais da administração pública e políticos, não conseguem resolver por si só as dificuldades que afetam a coletividade e diante disso necessitam unir esforços para formulação de recursos viáveis para solução de problemas dentro da perspectiva, unindo interesses e responsabilidades para a tomada de decisão (PROCOPIUCK, 2013). Dessa forma, a articulação dos responsáveis no processo de mobilização das políticas públicas são:

Pesquisadores – preocupados em estudar de modo sistemático e rigoroso a origem, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas. O objetivo dos estudos é elevar o nível de conhecimento do comportamento político, dos sistemas de governanças, dos aparatos administrativos, bem como da política em si [...].

Profissionais da Administração Pública – atuam em carreiras como de gestores, de analistas ou de avaliadores de políticas públicas. São praticantes que se utilizam de teorias e de modelos conceituais para tentar compreender e interferir para obtenção de resultados práticos e eficientes nas políticas públicas executadas [...].

Políticos - se utilizam dos conhecimentos de política pública para promover “boas políticas” e defender como elas “corretamente” resolvem problemas da sociedade [...] (PROCOPIUCK, 2013, p. 139, grifo do autor).

Diante dessa perspectiva, as políticas públicas são fundamentadas na legislação, direcionadas a resolução de problemas e isso depende da articulação dos responsáveis mediante os interesses dos grupos afetados. Contudo, Procopiuck (2013, p. 140) apresenta a conceituação de políticas públicas como “a exemplo de estratégia, programa e de planos – provê diretrizes gerais ao invés de instruções detalhadas para a ação envolvendo interesses coletivos articulados na esfera pública [...]” Nesse sentido, a formulação de **estratégias** depende da formulação dos argumentos atrelados aos objetivos desejados a atingir, no caso dos **programas** está relacionado à composição das características de cada regra, e por fim os **planos** de certo modo vinculados a elaboração das diretrizes de acordo com a finalidade destacada.

Souza (2006) apresenta os fatores que contribuem na formulação das políticas públicas: primeiro as políticas desenvolvidas para os países em desenvolvimento relacionados aos gastos, fatores econômicos e sociais ganharam maior visibilidade, já o segundo fator voltado para as novas visões/posicionamentos do papel dos governos nos anos 80, vinculados a trajetórias inflacionárias, por exemplo, os da América Latina, o terceiro fator relativo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção e inclusão social. Mediante essa perspectiva Souza (2006, p. 7) define “políticas públicas como ações, regras, programas democráticos que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” Apresenta uma reflexão sobre as Políticas Públicas com base no Estado – Política – Economia – Sociedade, numa perspectiva holística, comportando diversos olhares.

Kauchakje (2008 p. 26) define políticas públicas como “[...] instrumentos de ação do governo a serem desenvolvidas em programas, projetos e serviços de interesse da sociedade. As políticas podem ser consideradas como um desenho, uma arquitetura planejada dos direitos garantidos em lei.” Embora as políticas públicas sejam instrumentos formuladas no âmbito governamental sejam coordenadas pelos Estados e Municípios a gestão pública tem o papel de aplicar de forma eficiente e eficaz os recursos públicos disponíveis na localidade e para isso acontecer de forma satisfatória é necessário a participação ativa da população. Ainda afirma que “toda política pública é uma forma de intervenção na vida social, estruturada a partir de processos de articulação de consenso e de embate entre atores sociais com interesses diversos, decorrentes de suas posições diferenciadas nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais.” (KAUCHAKJE, 2008, p. 68). Além de disso, a gestão pública deve pensar nos problemas ambientais e infraestrutura da localidade, analisando a partir de opinião públicas os respectivos problemas.

Com o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social nos países industrializados e os esforços desenvolvimentistas na periferia, houve a partir dos anos 1960 um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Esses processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século vinte resultaram na emergência de um novo campo de investigação social que podemos denominar de análise das políticas públicas. (FLEXOR; LEITE, 2007, p. 1)

Nesse viés, como área do conhecimento, a política pública nasce como disciplina nos Estados Unidos (EUA), contextualizado no período da Guerra Fria, no universo acadêmico onde se concentrava na análise sobre o Estado ou Governo e suas instituições, pesquisas fundamentadas em teorias explicativas sobre o papel do estado e seus desdobramentos dos trabalhos, centrando forças em teoria científicas com base em teóricos renomados e por fim pesquisas independentes. A fim de desdobrar e apresentar um estudo de um mundo público (SOUZA, 2006). Ainda aponta os principais pensadores que desdobram conceituações sobre políticas públicas na sociedade, os quais são contextualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Fundadores da área de Políticas Públicas

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Fonte: SOUZA (2006, p. 23-24, grifo nosso).

Levando em conta o Quadro 1 exposto, Laswell (1936) expõe suas ideias com base na produção empírica dos governos, ou seja, conhecimentos científicos com base nas experiências vivenciadas, proporcionando diálogos/discussões sobre as questões sociais de acordo com a categoria estudada. Simon (1957) apresenta uma abordagem racional, ou seja, percepção através da razão e bom senso. Reflexões partindo da argumentação para elaboração das leis e diretrizes, que de fato maximiza a elaboração de estruturas agregando valores. Lindblom (1959; 1979) reflete sobre a questão do poder e agregação dos interesses e a formulação da legislação perante o papel dos responsáveis pelas políticas públicas na sociedade. Easton (1965) define políticas públicas como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos relacionados que a partir do momento que é apresentado a sociedade apresenta resultados e efeitos, dessa forma, obtendo feedback, reações positivas ou negativas perante as leis ou diretrizes.

Diante da análise intelectual dos autores expostos no Quadro 1, a contextualização de Laswell (1936) ainda continua sendo a mais plausível, devido ser pensada/discutida na gestão pública de forma racional, onde utiliza-se de maneira inteligente a melhor forma de satisfazer os interesses pessoais sem se quer deixar rastros investigativos. Portanto, no âmbito governamental as ações ou diretrizes são pensadas de forma intencional movida a interesses individuais e com finalidades analisadas mediante a abrangência informacional devendo ser objeto de análise primordial os responsáveis têm o papel de promover ações que realmente supram as necessidades.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para melhor contextualizar o gerenciamento de Políticas Públicas faz-se necessário apontar a conceituação do termo administração. “*Gestão*” ou “*Administração*” é uma disciplina com característica comum e complexa que envolve os

componentes da ciência, arte e prática, as quais envolvem habilidades sociais, experiência e intuição, onde a mesma apresenta pressupostos e modelos mentais que moldam decisões, ações e comportamentos. De certa forma, caracteriza-se como um ramo das ciências humanas onde o profissional gerencia uma instituição, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, em que procura manter a sinergia no ambiente de trabalho, organização da estrutura e dos produtos e serviços ofertados (TATTO; BORDIN, 2016).

Nesse sentido, é compreendido por Chiavenato (2004, p. 8) como uma palavra que vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *inistrar* (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta serviço a outro [...] Já Pereira (2004, p. 12) conceitua como “o processo de planejar, organizar, dirigir, e controlar os esforços realizados pelos membros da organização utilizando todos os outros recursos organizacionais para alcançar objetivos estabelecidos”. Contudo, para um bom desempenho organizacional as funções planejar, organizar, dirigir e controlar são fundamentais para uma gestão eficaz e eficiente, nesse caso:

Planejar – significa pensar antecipadamente em objetivos, ações e atos com base em algum método, plano ou lógica, não em palpites. O planejamento produz planos em que se determinam estratégias, diretrizes táticas ou procedimentos de modo racional, a fim de que os objetivos sejam alcançados; **Organizar** – significa alocar (distribuir) o trabalho (tarefas/atividades), a autoridade (estabelecendo relações hierárquicas e coordenativas) e os recursos na organização, criando a estrutura organizacional [...]; **Dirigir** – significa dizer às pessoas o que fazer e conseguir que elas façam da melhor maneira possível [...]; e **Controlar** – significa verificar se os atos realizados estão de acordo com os planos, ou seja, se os atos, indivíduos ou coletivos levam realmente a ação organizacional em direção aos objetivos estabelecidos. (PEREIRA, 2004, p. 13, grifo nosso).

De certo modo, a ação de administrar/gerenciar informação, pessoas ou instrumentos/meios na contemporaneidade requer que os profissionais que atuam nessa área atualizem constantemente suas competências informacionais, nesse caso, são o aprimoramento das habilidades, atitudes e conhecimentos mediante o contexto inserido. Nesse sentido, Anjos e Paiva (2016) relaciona a importância da competência com o gerenciamento eficiente do excesso de informação nas organizações, tendo em vista que o gestor deve conhecer e utiliza-la da melhor forma para suprir as necessidades informacionais. Com isso, busca definir a competência como área de estudo que trata das habilidades de uso da informação com a utilização das tecnologias de informação. Esse processo permite a fluência da informação e a geração de novos conhecimentos para toda vida.

“Na linguagem comum, o conceito de informação está sempre ligado ao significado e é usado como sinônimo de mensagem, notícia, fatos e idéias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento.” (MACHADO, 2003, p. 15). Nessa perspectiva, a partir do fluxo informacional ocorrido no período da Segunda Guerra Mundial no âmbito das organizações, a informação tornou-se

de fundamental importância para tomada de decisão, estando ligada ao controle, percepção e contexto.

Para Machado (2003, p. 20) “a informação pode ser descrita de uma forma objetiva, por meio de texto, figura etc, mas seu significado pode ser subjetivo, dependendo dos estados mentais de quem faz uso dela.” A informação objetiva representa algo concreto que busca aproximação com a realidade, procurando que seja visto e sentido de forma clara e de fácil compreensão. Já, à informação subjetiva está atrelada aos registros traçados mediante as observações pessoais gerada na mente do receptor a partir de um processo de sentido.

Em alguns momentos é perceptível, através das considerações acima, que o conceito de informação flutua entre a materialidade e a imaterialidade, entre o tangível e o intangível. Pode-se observar, também, que, apesar das divergências entre teorias, há ponto de concordância entre alguns dos autores que pesquisam o conceito de informação: esta é aceita como aquela que transforma o estado atual de conhecimento de uma pessoa ou coletividade. Também é perceptível a complexidade que é definir informação bem como o que é (ou pode ser) relevante a um indivíduo. (RODRIGUES; CRIPPA, 2011, p. 53).

Segundo Rodrigues e Crippa (2011), não existe determinado conceito definitivo sobre informação entre os autores, nesse sentido, depende do fato de uma visão contextualizada, da interpretação dos fatos e da determinação de cada pessoa. Portanto, a informação como valor estratégico nas organizações está atrelada ao processo de comunicação, controle e percepção, onde os gestores são os principais responsáveis pelo desempenho das pessoas e possuem a capacidade/poder de tomada de decisões cabíveis para atingir o sucesso organizacional.

De fato, a gestão da informação é originária dos trabalhos desenvolvidos por Paul Otlet e Henri La Fontaine, onde no século XIX buscaram solucionar o problema da imensa quantidade informacional. O excessivo aumento da produção documental possibilitou a elaboração de estratégias capazes de controlar e/ou monitorar.

A origem da moderna gestão da informação pode ser encontrada nos trabalhos de Paul Otlet, cujo livro *Traité de documentation*, publicado em 1934, foi um marco fundamental do desenvolvimento da gestão da informação, disciplina que, na época, era conhecida como documentação. De fato, muito do que hoje conhecemos modernamente por gerência de recursos informacionais tem suas origens nos trabalhos de Otlet. (BARBOSA, 2008, p. 6).

Braga (2000) afirma que a preocupação com a valorização informacional e conhecimento vem desde antigamente, considerados elementos básicos para o processo de gestão, sendo de fundamental importância usar a informação e aprender novos modos de recurso informacional para a empresa funcionar de forma eficiente, de forma a suprir as reais necessidades e atingir os seus objetivos. Ressalta ainda que o principal objetivo da gestão da informação gerenciar da melhor maneira a quantidade informacional como recurso que necessita e merece ser gerido.

A gestão da informação tem como objectivo apoiar a política global da empresa, na medida em que torna mais eficiente o conhecimento e a articulação entre os vários subsistemas que a constituem; apoia os gestores na tomada de decisões; torna mais eficaz o conhecimento do meio envolvente; apoia de forma interactiva a evolução da estrutura organizacional, a qual se encontra em permanente adequação às exigências concorrenciais; e ajuda a formar uma imagem da organização, do seu projecto e dos seus produtos, através da implantação duma estratégia de comunicação interna e externa. (BRAGA, 2000, p. 4).

No âmbito das organizações públicas, o gerenciamento informacional é consolidado mediante as substâncias nas políticas públicas dadas pelas ações sociais voltadas para o atendimento das necessidades do cidadão, a fim de garantir dos seus direitos através das políticas, programas, projetos e serviços sociais. Para Secchi (2009), a administração gerencial (baseado nos valores de eficiência, eficácia e competitividade) e o governo empreendedor (Municipal, Estadual e Federal) são os principais modelos organizacionais que melhoram a efetividade da gestão organizacional. Dessa forma, os modelos burocráticos são caracterizados como a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo.

A formalidade é o ato de cumprir deveres e responsabilidades mediante as diretrizes jurídicas, de maneira a cumprir os processos administrativos de forma satisfatória e de responsabilidade nos processos decisórios e comunicações internas e externas. Já a impessoalidade está relacionada a um meio de evitar a apropriação individual do poder e prestígio a partir do momento que o indivíduo deixa a função ocupante na organização. E, por último, o profissionalismo que está ligado ao cargo/função atribuídos aqueles que detêm de capacidade técnica e conhecimento. (SECCHI, 2009).

Nesse âmbito, a lei n. 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 (BRASIL, 1999) dispõe sobre as normas básicas para os processos administrativos de âmbito público, onde o Art. n. 2 aborda que a administração pública deverá obedecer princípios da legalidade – as entidades públicas em suas ações administrativas agem mediante os mandatos legais, respeitando o bem comum, finalidade – são as ações voltadas um fim em cada instituição com ou sem fins lucrativos, motivação – a legislação impõe a motivação nos atos administrativos a fim de atender à finalidade no âmbito público, razoabilidade e proporcionalidade - relacionado ao fazer/agir com razão e proporcionalidade a partir de uma ponderação disciplinar, moralidade – segue os princípios da honestidade, ampla defesa e contraditório – presuppõe o acesso/direito de defesa mediante os recursos fundamentais para defesa, segurança jurídica – dependendo da aplicação existe a proteção segundo os atos e decisões e públicas, interesse público – atrelada a tender os interesses da sociedade e eficiência – o exercício de desenvolver as atividades no âmbito administrativo exercida de forma satisfatória atendendo as reais necessidades da população.

Portanto, a gestão informacional pública está também relacionada ao acesso livre, ou seja, o cidadão tem o direito de ser bem informado dos seus direitos e deveres. A Lei n. 12.527, de 1 de novembro de 2011, (Brasil, 2011) dispõe sobre a regulamentação do acesso a informação e da sua divulgação de forma transparente. Assim, no desenvolvimento das políticas públicas como instrumento de satisfação das reais necessidades e demandas sociais devem ser consideradas a partir da participação do cidadão no sentido de contribuir e consolidar os interesses não só pessoais mais de toda sociedade. De fato, o acesso a informação dá condições básicas e essenciais para o cidadão conhecer e ao tempo participar/lutar pelos seus direitos e deveres.

TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas por serem consideradas “conjuntos de ações desenvolvidas pelo Poder Público para materializar indicações de bem comum, justiça social e a igualdade dos cidadãos.” (OHLWEILER 2007, p. 1). No entanto, para que um país sobreviver e progredir faz necessário pensar na solução de problemas atrelados a necessidades e demandas sociais no intuito de contribuir para o bem estar da sociedade. Assim, as políticas públicas envolvem a atividade de formulação de propostas e tomadas de decisão.

No processo de construção de políticas públicas haverá de ser problematizado o papel a ser desenvolvido pelo Estado, e, em especial, pela Administração Pública, pois hodiernamente exige-se a adoção de novos princípios e locais na relação com os cidadãos, como solidariedade e tolerância. De qualquer sorte parte-se do pressuposto de que não se pode abrir mão de uma atuação dirigente do Poder Público, mas não no sentido de uma postura arbitrária e sim de diálogo e participação comunitária, de mudança do *status quo*. (OHLWEILER, 2007, p. 2).

Na elaboração das políticas públicas é de fundamental importância a participação do cidadão para o fortalecimento democrático da localidade, está vinculada à atuação das organizações e dos movimentos sociais. De forma mais concreta significa o envolvimento da sociedade na elaboração, fiscalização e implementação das diretrizes postuladas. (KAUCHAKJE, 2008).

A autora aborda também as diversas formas de participação social caracterizadas mediante finalidade, as quais são o envolvimento por meio do Conselho (setoriais, direitos específicos, programas) – são criados pelo poder público com a participação popular, ou seja, instrumentos de controle das atividades e suas finalidades específicas; Iniciativa popular – a participação direta do cidadão na elaboração das leis por meio de assinaturas eletrônicas; Audiência pública – é caracterizado como o momento de discussão de forma transparente os atos do estado; Plebiscito – mecanismo de consulta à coletividade; Referendo – também significa um mecanismo de consulta à população sobre um tema específico; Orçamento participativo – a população decide sobre orçamentos de determinadas

ações desenvolvidas na região; Conferências de políticas – são seções de que acontecem em âmbito municipal, estadual e federal com objetivo de avaliar e traçar diretrizes e planejamento das políticas que serão implementadas; Organização não Governamental (ONG) – são organizações sem fins lucrativos criadas pela população em virtudes de defesa de problemas sociais, promovendo ações sociais, culturais e ambientais. São classificadas como cidadãs ou movimentistas, filantrópicas e empresariais; Fórum – entendido como espaços públicos de âmbito local, nacional e transacional destinados a debates ligados as questões temáticas a fim de solucionar/articular propostas e suas soluções; Movimento social – significa uma ação social coletiva, cuja perspectiva busca conquistar espaços, garantias e ampliação dos diversos direitos da sociedade.

Mediante essa perspectiva, a prática de gerenciamento de Políticas Públicas está atrelada ao desenvolvimento de cenários montados de acordo com o contexto apresentado em diferentes aspectos na sociedade como social, econômico, político e ambiental. Schmitter (1965) contextualiza a política definido-a como instituições- formadas pelo Estado ou Governo – órgãos que gerenciam determinados territórios locais, regionais ou nacionais; recursos – constituídos pelos termos poder, influência ou autoridade, são instrumentos pelos quais os responsáveis utilizam para controlar as diretrizes apresentadas; processos – atrelada a formulação das decisões coletivas, ou seja, mediante as ações decididas e analisadas em grupo para melhor atender as reais necessidades da sociedade; e, por fim, a função – definida como algo relativo à resolução não-violenta os conflitos na contemporaneidade, onde o governo considera a resolução dos problemas mediante os interesses ou atitudes expressas em diferentes indivíduos ou grupos, problemas relacionados à educação, saúde, desemprego, violência e dentre outros.

Para tais fins, as Políticas Públicas são produzidas diante da sua finalidade, classificando-as em constitutivas – “[...] políticas que criam ou estruturam as condições para que determinados problemas passem a ser tratados sistematicamente [...]”, nesse caso fundamentada pela aprovação de uma legislação clara e objetiva; distributivas – “são configuradas quando procuram distribuir recursos. Os meios de distribuição podem ser via subsídios em produtos ou serviços, bem como mediante concessão de benefícios diretamente aos interessados [...]”; redistributivas – “são políticas que procuram mudar o grau de concentração de recursos mediante instituição de mecanismos de repasse de pontos de maior concentração para os de menor [...]”, ou seja, vinculada aos recursos financeiros redistribuídos; e regulatórias - “dizem respeito ao controle estatal sobre a utilização de recursos ou sobre a execução de atividades por diferentes segmentos da sociedade [...]”, de fato, significa o gerenciamento das atividades diante do contexto no meio social (PROCOPIUCK, 2013, p. 144).

CONCLUSÃO

De modo geral, essa contextualização busca a compreensão dos aspectos conceituais de Políticas Públicas como exercício de natureza legislativa formado, partindo dos princípios sistematizados e vinculados as condições dos indivíduos ou grupos na sociedade.

De fato, as políticas públicas decorrem de fatores e ou situações que os envolvidos, nesse caso a classe social, os profissionais da administração pública, Estado ou Governo que pensam em resolução de conflitos e problemas de forma satisfatória, e políticos. Diante dos interesses e responsabilidades apontam estratégias plausíveis para elaboração das diretrizes. No caso dos países em desenvolvimento, sua formulação dependerá das condições econômicas do país e visão dos responsáveis. Além disso, uma gestão de forma eficiente e eficaz.

A informação é um elemento de fundamental importância no âmbito das organizações, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. Evidencia-se que a gestão informacional é utilizada como elemento imprescindível para tomada de decisão mediante os fluxos informacional a identificação das reais necessidades, onde certamente a informação precisa ser desenvolvida, gerada, organizada e tratada de forma eficaz para atingir o sucesso organizacional. Nesse sentido, a gestão informacional de políticas públicas deve ser gerenciada de forma transparente e no intuito de proporcionar maior satisfação interna – voltada para os responsáveis que criam/elaboram as políticas e externa – relacionada a população que usufrui de tais benefícios.

Notadamente, o gestor é o responsável pela elaboração das leis e diretrizes traçadas de forma ética utilizando recursos/instrumentos para determiná-las de forma clara e objetiva. Acredita-se que tanto o Estado/Governo quanto os indivíduos (individual ou coletivo) têm responsabilidades de agir no interesse da sociedade, unindo forças para avanços democráticos a fim de fortalecer as discussões de melhoria de qualidade, os problemas relacionados à educação – carência dos materiais em salas de aula, repetência dos alunos, capacitação dos professores e dentre outros, saúde – condições precária dos hospitais e postos de saúde, desemprego – relacionado à falta de qualificação profissional e índices de inflação, e violência – segurança.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Clebson Leandro Beserra dos; PAIVA, Simone Bastos. Competência em informação e gestão da informação e do conhecimento: um estudo com gestores da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2016, Bahia. *Anais...*Bahia: UFBA, 2016. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/9706>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação e Informação**. Londrina, v. 13, n. esp., p. 1 - 25, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843/1556>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRAGA, Ascenção. A gestão da informação. **Millenium**, n. 19, jun., p. 1-10, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/903/1/A%20GEST%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Lei n. 12. 527, de 18 de Novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. **Diário oficial [da] República Federal do Brasil, Brasília**, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso: 28 nov. 2017.

_____. Lei n. 9.784, de 29 de Janeiro de 1999. Lei de normas básicas sobre o processo administrativo. **Diário oficial [da] República Federal do Brasil, Brasília**, DF, 29 jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. A administração e suas perspectivas: delineando o papel da administração. *In*: _____. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FLEXOR, George; LEITE, Sergio Pereira. Análise de políticas públicas: breve considerações teórico-metodológicas. *In*: LIMA; Eli Napoleão de; MOREIRA, Roberto José. **Mundo rural**: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=fewrc9ekff8C&pg=PA199&lpq=PA199&dq=An%C3%A1lise+De+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+:Breves+Considera%C3%A7%C3%B5es+Te%C3%B3rico-+Metodol%C3%B3gicas+foi+publicado+aonde?&source=bl&ots=1P43LicxH_&sig=tt2xIczv8h1Dr1Ic7AJtqn85Atw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi55oLm2e7XAhUJUZAkHZVvDf0Q6AEIMzAB#v=onepage&q=An%C3%A1lise%20De%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20%3ABreves%20Considera%C3%A7%C3%B5es%20Te%C3%B3rico-%20Metodol%C3%B3gicas+foi%20publicado%20aonde%3F&f=false>. Acesso em: 03 Nov. 2017.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0**. [S.l.]: Objetiva, 2009. Disponível em: <<http://www.baixedetudogratis.com/2009/08/dicionario-eletronico-houaiss-vs-3-0-serial.html>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

KAUCHAKJE, Samira. Políticas públicas e direitos. *In*: _____. **Gestão pública de serviço social**. Curitiba: Ibpx, 2008. cap. 5.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. Informação: do senso comum ao uso científico. *In*: _____. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: UNESP, 2003. cap. 1.

OHLWEILER, Leonel. A construção e implementação de políticas públicas: desafios do direito administrativo moderno. **Verba Juris**, v. 6, n. 6, jan./dez, 2007. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/vj/article/view/14868> >. Acesso em: 03 nov. 2017.

PEREIRA, Anna Maris. A administração e os administradores. *In*: _____. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. cap. 1.

PROCOPIUCK, Mario. Políticas Públicas. *In*: _____. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública**: análise e avaliação governança e redes de políticas administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013. p. 138-168.

RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p. 45-64, jan./mar., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a04v16n1>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas, poder, estado e governo. *In*: _____. **Políticas públicas e sociedade**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012. cap. 2.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de “política”. **Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v.8, n° 2, p. 1-16, mai/ago, 1965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/viewFile/59651/57996>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar./abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

TATTO, Luiz; BORDIN, Reginaldo A. Filosofia e gestão do conhecimento: um estudo do conhecimento na perspectiva de Nonaka e Takeuchi. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, abr./jun., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512016000200340&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 nov. 2017.

Recebido: 16/08/2018

Aceito: 03/10/2019

